



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **3001051-92.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Fazenda Publica do Municipio de São Carlos**
 Embargado: **ANTONIO CARLOS DE SOUZA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

RELATÓRIO

FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS opõe embargos à execução que lhe move e **COMPANHIA HABITACIONAL REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO**, aduzindo-se excesso na execução pois não observado o valor dos honorários fixados no acórdão (fls. 92/97, autos principais).

A embargada apresentou impugnação (fl. 09/10), concordando com os embargos mas solicitando não sejam fixados honorários sucumbenciais por tratar-se de mero erro material.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I e 740, ambos do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, para acolher os embargos, seja em razão da concordância da embargada (fls. 09/10), seja porque o acórdão (fls. 92/97, autos principais) realmente reduziu a verba honorária para 10% sobre o valor atualizado da execução, o que não foi observado pela embargada em seus cálculos (fls. 105, autos principais)

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **ACOLHO** embargos para **DECLARAR** devida pela embargante a quantia de R\$ 61,45 em setembro/2013, com atualização monetária, desde então, pela Tabela Prática do Tribunal para Débitos da Fazenda Pública.

Juros moratórios somente incidirão após transcorrido o prazo constitucional (precatório) ou legal (RPV) para pagamento. STJ: REsp 1141369/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

28/09/2010.

Deixo de condenar a embargada nas verbas de sucumbência uma vez que não houve qualquer resistência ao pedido.

Transitada em julgado, expeça-se o RPV.

P.R.I.C.

São Carlos, 17 de março de 2014.